



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

EDITAL Nº 421/2026

Processo nº 25410.003369/2025-30

**INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (250052)
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 91.166/2026**

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (analísadores imuno-hematológicos automatizados e semi-automatizados) COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES, software de interfaceamento, manutenção preventiva e corretiva, calibração e de todos os materiais de suporte para a realização de exames imuno-hematológicos, para o Laboratório de Imuno-hematologia e para as Agências Transfusionais do HC1, HC2, HC3, do Serviço de Hemoterapia do INCA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.271.975,56 (um milhão, duzentos e setenta e um mil novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO GLOBAL (Grupos 1 e 2)

Modo de disputa:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 91.166/2026

Torna-se público que a União, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA**, por meio do Serviço de Apoio às Licitações, sediado na Rua Marquês de Pombal nº 125 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

AMPLA DISPUTA

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (Para todos os itens)

(Subitem 4.20 a 4.28.3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de de empresa especializada para a LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (analisadores imuno-hematológicos automatizados e semi-automatizados) COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES, software de interfaceamento, manutenção preventiva e corretiva, calibração e de todos os materiais de suporte para a realização de exames imuno-hematológicos, para o Laboratório de Imuno-hematologia e para as Agências Transfusionais do HC1, HC2, HC3, do Serviço de Hemoterapia do INCA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 02 (dois) grupos, formados por um ou mais itens (Grupo 1: itens 01 a 23 e Grupo 2: itens 24 a 29), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Nos itens desta licitação não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Como critério de aceitação da proposta o licitante encaminhará a documentação descrita no item 08 do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo

próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.7. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.8. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.9. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.10. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7.11. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em

percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.1.1. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.1.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.3. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto

de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos

seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos

requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia** do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, **a ser agendado junto ao Serviço de Hemoterapia / Lab. de Sorologia INCA/MS, pelo telefone (21) 3207-1112 / 3207-1312/ 3207-1058, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de (04) quatro horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **(04) quatro horas**, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data

de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

9.9. *Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 8% (oito por cento).*

9.10. *Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.*

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br e também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de

desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: *cpl@inca.gov.br*

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br. Também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações), onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultados - Locação;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultados - Insumos;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Planilha de Orçamento;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO FILHO

Chefe Substituto do Serviço de Apoio às Licitações
INCA/MS



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho Filho, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações substituto(a)**, em 09/06/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055652238** e o código CRC **FD54B8A6**.

Referência: Processo nº 25410.003369/2025-30

SEI nº 0055652238

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site

Termo de Referência 411/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
411/2025	250052-INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	ADRIANA MARINHO FURTADO	20/05/2026 14:23 (v 1.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	724/2025	25410.003369/2025-30

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de de empresa especializada para a LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (analisadores imuno-hematológicos automatizados e semi-automatizados) COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES, software de interfaceamento, manutenção preventiva e corretiva, calibração e de todos os materiais de suporte para a realização de exames imuno-hematológicos, para o Laboratório de Imuno-hematologia e para as Agências Transfusionais do HC1, HC2, HC3, do Serviço de Hemoterapia do INCA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, especificações, códigos, quantidades (Grupos 1 e 2) e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
Locação e manutenção de 01 (um) equipamento automatizado para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes, para o Laboratório de Imuno-hematologia.							
Item	Código INCA	Descrição/Especificação do Material	CATSER /CATMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	C39012	Locação com manutenção de um sistema de automação total para realização de exames imuno-hematológicos, em microtipagem.	1420-6	Un	12	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
2	A38620	Reclassificação sanguínea ABO, RhD – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal anti-A, Anti-B e Anti-D (VI+) para reclassificação por microtipagem sanguínea de bolsas de sangue por automação.	382698	Teste	1.300	R\$ 10,11	R\$ 13.143,00
3	A38621	Prova de compatibilidade maior – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	352044	Teste	4.500	R\$ 4,44	R\$ 19.980,00
4	A38622	Classificação sanguínea ABO, RhD para recém-nato – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca;	354163	Teste	100	R\$ 20,02	

		contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-A,B, Anti-D (VI+), controle Rh para classificação direta, teste de antiglobulina direta (soro anti-humano poliespecífico) para recém-natos por automação.					R\$ 2.002,00
5	A38623	Fenotipagem Rh e Kell – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem C, c, E, e, K, Ctl em microtipagem sanguínea para automação.	338051	Teste	750	R\$ 38,78	R\$ 29.085,00
6	A38624	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-D (VI-), Controle de Rh e prova reversa em microtipagem para automação.	353693	Teste	16.000	R\$ 18,57	R\$ 297.120,00
7	A38626	Pesquisa de Anticorpos Irregulares – Pool de 2 hemácias do grupo O, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplacas; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	478009	Teste	16.000	R\$ 1,59	R\$ 25.440,00
8	A38627	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal ou humano para fenotipagem P1, Le (a), Le (b), Lu (a), Lu (b) e controle para automação.	354357	Teste	40	R\$ 58,77	R\$ 2.350,80
9	A38628	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem Le (a), Le (b) e controle para automação.	435955	Teste	120	R\$ 38,75	R\$ 4.650,00
10	A38629	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal ou humano para fenotipagem k, Kp (a), Kp (b), Jk(a), Jk (b) e controle para automação.	338057	Teste	40	R\$ 69,88	R\$ 2.795,20
11	A38630	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem Jk(a), Jk (b) e controle para automação.	370611	Teste	120	R\$ 37,65	R\$ 4.518,00
12	A38631	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, com soro monoclonal para fenotipagem M e N para automação.	435952	Teste	260	R\$ 39,27	R\$ 10.210,20
13	A38632	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, e soro monoclonal e humano para fenotipagem M, N, S, s, Fy (a), Fy (b) para automação.	354356	Teste	120	R\$ 24,41	R\$ 2.929,20
14	A38633	Identificação de anticorpos eritrocitários – Pannel com o mínimo de 11 hemácias fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	338057	Teste	900	R\$ 15,53	R\$ 13.977,00

15	A38634	Identificação de anticorpos eritrocitários – Pannel enzimático com o mínimo de 11 hemácias papainizadas e fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca.	352044	Teste	900	R\$ 20,55	R\$ 18.495,00
16	A38635	Pesquisa de Anticorpos Irregulares Enzimático – Conjunto com 3 hemácias do grupo O, papainizadas, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca.	352044	Teste	900	R\$ 2,58	R\$ 2.322,00
17	A38636	Estudo imuno-hematológico – Contendo Hemácias A1, A2, B e 3 hemácias do grupo O fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia, cartões com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplacas; para classificação sanguínea e teste de antiglobulina indireta.	357796	Teste	2.300	R\$ 2,13	R\$ 4.899,00
18	A38637	Teste RhD fraco – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca com soro anti-D monoclonal IgG, para detecção e confirmação de D fraco pelo método de microtipagem do teste de antiglobulina indireta.	385559	Teste	4.500	R\$ 3,43	R\$ 15.435,00
19	A38638	Eluição ácida de anticorpos anti-eritrocitários – Contendo solução concentrada de lavagem solução de eluição e solução tampão.	383888	Teste	110	R\$ 59,52	R\$ 6.547,20
20	A38639	Teste de Antiglobulina Direta Monoespecífico – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca com soro anti-IgG, anti-IgA, Anti-IgM, C3c, C3d e Controle.	441834	Teste	264	R\$ 54,38	R\$ 14.356,32
21	A38640	Fenotipagem estendida – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro humano para fenotipagem Cw para automação.	466035	Teste	220	R\$ 9,30	R\$ 2046,00
22	A38641	Titulação seriada de anticorpos eritrocitários para a microtipagem em automação.	478041	Teste	50	R\$ 39,80	R\$ 1990,00
23	A38922	Fenotipagem CDE em Cartão, com no mínimo 6 microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, contendo soro monoclonal para fenotipagem C, D, E em microtipagem sanguínea para automação.	430350	Teste	1.152	R\$ 6,37	R\$ 7.338,24
VALOR MÁXIMO ESTIMADO							R\$ 765.629,16

GRUPO 2

Locação e manutenção de 04 (quatro) estações de trabalho semi-automatizados para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes para o Laboratório de Imuno-hematologia e Agências Transfusionais HC1, HC2 e HC3.

24	C39012	Locação com manutenção de um sistema semi-automatizado para realização de exames imuno-hematológicos em microtipagem.	1420-6	Un	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
----	--------	---	--------	----	----	--------------	---------------

25	A38620	Reclassificação sanguínea ABO, RhD – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal anti-A, Anti-B e Anti-D (VI+) para reclassificação por microtipagem sanguínea de bolsas de sangue por automação.	382698	Teste	16.000	R\$ 8,15	R\$ 130.400,00
26	A38621	Prova de compatibilidade maior – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	352044	Teste	21.000	R\$ 3,58	R\$ 75.180,00
27	A38623	Fenotipagem Rh e Kell – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem C, c, E, e, K, Ctl em microtipagem sanguínea para automação.	338051	Teste	130	R\$ 31,28	R\$ 4.066,40
28	A38624	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-D (VI-), Controle de Rh e prova reversa em microtipagem para automação.	353693	Teste	15.000	R\$ 14,97	R\$ 224.550,00
29	A38625	Pesquisa de Anticorpos Irregulares pré-transfusional – Conjunto com 2 hemácias do grupo O, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	478009	Teste	15.000	R\$ 0,81	R\$ 12.150,00
VALOR MÁXIMO ESTIMADO							R\$ 506.346,40

VALOR MÁXIMO ESTIMADO (GRUPO 1 + 2)	R\$ 1.271.975,56
-------------------------------------	------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que em vista que sua utilização é contínua e renovável, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Dado a **não apresentação** da participação de no mínimo 03 (três) fornecedores não apresentação por item, local ou regionalmente enquadrados como EPP/ME e baseado na LC 123/2006 atualizada pela LC 147/2014, art. 49, inciso II, informamos que o processo deverá ser destinado à participação de Ampla Disputa independentemente de valor, sem o estabelecimento de nenhum tipo de cota ou reserva para a contratação de ME/EPP, conforme inciso I do art. 10 do Decreto nº 8538/15.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 28/02/2024

III) Id do item no PCA:4623 / 4624

IV) Classe/Grupo: 6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE / 732 -SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 250052-417/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Objetivo da Contratação

4.1. A contratação visa a prestação de serviços comuns de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico. A contratação segue as disposições do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, sendo excluídas as atividades previstas no art. 3º deste Decreto, cuja execução indireta é vedada. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Contratante, nem há relação de pessoalidade ou subordinação direta.

Proposta

4.2. A apresentação da proposta implica na aceitação integral das condições descritas neste termo.

4.3. As licitantes deverão informar os equipamentos a serem utilizados e anexar o catálogo original dos mesmos e a bula dos testes em português.

Requisitos Técnicos

4.4. Equipamentos e Materiais

4.4.1. Todos os equipamentos fornecidos devem ser originais, de fabricação recente (preferencialmente novos ou até 18 meses de fabricação) e não poderão ser obsoletos ou protótipos. A Licitante de cada grupo deverá instalar toda a aparelhagem automática, e estação de trabalho necessários à execução completa dos testes pela mesma metodologia especificada em cada grupo.

4.4.2. Apresentação de registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária dos equipamentos, reagentes e materiais ofertados, assim como as bulas em língua portuguesa.

4.4.3. Caso haja alguma necessidade de adequação do laboratório (física/predial, hidráulica e elétrica) para instalação dos equipamentos objeto do contrato, a despesa será toda por conta da contratada.

4.4.4. Sistemas de Informática dos equipamentos compatível com Windows 10 (ou com sistema utilizado pela contratante);

4.4.5. Todos os custos de aquisição, manutenção e instalação do hardware e software para o sistema de interfaceamento são de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor. O aceite do sistema de interfaceamento a ser contratado será dado pela CONTRATANTE. Havendo necessidade de modificação do software de interfaceamento utilizado pela CONTRATANTE, inclusive desenvolvimento de protocolos de comunicação e expansão do número de usuários do software por maior demanda de equipamentos, este se dará inteiramente por conta do licitante vencedor contratado. O sistema de informática do equipamento deverá ser capaz de armazenar os resultados e identificação das amostras, de acusar e registrar as informações em meio magnético, possibilitando assim, o acompanhamento em vídeo e/ou relatório de todos os exames realizados;

4.4.6.A CONTRATADA do grupo 1 deverá custear o processo de interfaceamento dos equipamentos instalados aos sistemas informatizados dos laboratórios (Matrix e Hemote), fornecer microcomputador com placa de rede RJ45 e placa de comunicação multiseriada, necessário para a instalação do sistema e interfaceamento, garantir a manutenção

preventiva e reparadora do software e hardware, garantir upgrade tecnológico e de software e hardware de forma tal que a plataforma não fique defasada em relação ao mercado ofertante do mesmo equipamento, sem ônus para o INCA;

4.4.7. A contratada de cada grupo deverá disponibilizar todos os equipamentos originais, de fabricação recente, não serão aceitos equipamentos em obsolescência ou protótipos. É imprescindível que os equipamentos cotados realizem todos os testes obrigatórios listados em cada grupo;

4.4.8. O equipamento automatizado do grupo I deverá ser acompanhado de 01 nobreak para manutenção do funcionamento do equipamento por no mínimo 30 minutos, de acordo com a capacidade e necessidade de aparelho, 01 impressora a laser para impressão dos resultados, com manutenção de tonner e todos os insumos necessários à realização dos testes e manutenção como: controles, calibradores, soluções de limpeza e descontaminação do aparelho, recipientes e líquidos de reações, etc.;

4.4.9. A CONTRATADA do grupo 1 deverá fornecer sistema automatizado, integrado ao sistema analítico, de identificação de amostras em padrão alfa numérico, de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE, e leitor de código de barras diodo de laser, 40 scans/s, auxiliar para identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE;

4.4.10. A CONTRATADA do grupo 1 deverá disponibilizar equipamento backup semi-automatizado (compatível com os insumos fornecidos no grupo 1) para realização da rotina em caso de paralisação do sistema automatizado. O equipamento backup deverá ser instalado no prazo de 12 horas da abertura de chamado para manutenção corretiva, afim de não atrasar a liberação de resultados pelo Laboratório de Imuno-hematologia, cujo prazo é de 24 horas;

4.4.11. Caso haja uma eventual necessidade da embalagem que acomoda o equipamento, cabe à licitante vencedora, o recolhimento e a guarda da mesma.

4.4.12. Quanto aos Insumos

4.4.12.1. Os insumos deverão ser genuínos e próprios dos equipamentos, e a sua validade deverá ser de no mínimo, 06 (seis) meses, por ocasião da entrega, excetuam desta obrigatoriedade, os reagentes de hemácias e amostras de controle de qualidade, as quais devem possuir a validade de 28 (vinte e oito) dias, por ocasião da entrega;

4.4.12.2. É obrigatório que todos os insumos estejam embalados e identificados em conformidade e com registro na ANVISA;

4.4.12.3. A entrega de todos os reagentes utilizados para a realização dos exames deverá ocorrer com total ônus da proponente, inclusive o transporte;

4.4.12.4. A empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários (do equipamento e periféricos): reagentes, controles, calibradores, diluentes, solução de lavagem, detergentes, galões e/ou frasco de resíduos, agulhas, racks, tubos/frascos específicos, lâmpada, e qualquer outro consumível aplicável e necessário para o pleno funcionamento do sistema automatizado. Qualquer peça, cuja troca seja de responsabilidade do usuário, deverá ter um sobressalente em estoque no Laboratório. Nesse sentido, eles não podem representar custo extra para Administração;

4.4.12.5. Os insumos e consumíveis deverão ser entregues no Laboratório de Imuno-hematologia, localizado na Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro, Rio de Janeiro, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do dia útil subsequente à data de recebimento da Nota de Empenho e de acordo com programação de entrega;

4.4.12.6. O Laboratório de Imuno-hematologia usuário deste Contrato enviará a cada 3 (três) meses ou conforme necessidade, uma Solicitação de Insumos, contendo a listagem e quantidade de insumos a serem fornecidos;

4.4.12.7. A Empresa contratada deverá fornecer esses insumos em até 7 (sete) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação por e-mail;

4.4.12.8. Os insumos deverão ser entregues com identificação do grupo, data de fabricação, data de vencimento e bula, quando cabível, com todas as informações técnicas;

4.4.12.9. A CONTRATADA deverá manter estoques, em território nacional, de insumos equivalentes a, no mínimo, 2 (dois) meses de abastecimento;

4.4.12.10. Nas situações em que forem observadas perdas de insumos e acessórios decorrentes de mau funcionamento dos equipamentos, em razão de manutenção corretiva e/ou preventiva deficiente por parte da CONTRATADA, bem como qualquer outro consumo anormal e inesperado decorrente de falha nestas manutenções, a CONTRATADA deverá repor imediatamente o material e insumos perdidos, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE;

4.4.12.11. Os insumos que forem entregues sem o devido cuidado de conservação e transporte, bem como os que apresentarem embalagens danificadas, serão automaticamente devolvidos, sendo que a CONTRATADA deverá repor imediatamente à CONTRATANTE todo o material considerado fora dos padrões de conformidade.

Responsabilidades da Contratada

4.4.13. A CONTRATADA deverá garantir as exigências da Portaria de Consolidação nº 5/2017 com a qualidade, a não paralisação da rotina de triagem dos testes imuno-

hematológicos obrigatórios para ABO, Rh e PAI das doações de sangue, medula óssea, cordão umbilical e dos pacientes de todas as unidades do INCA (Art. 117 e Art. 254);

4.4.13.1. A CONTRATADA deverá **DISPONIBILIZAR de imediato, no prazo de até 24 horas, equipamento e insumos/kits se houver interrupção no fornecimento dos mesmos**,

visando a não paralisação da rotina e não comprometer o abastecimento de sangue e a liberação dos exames de pacientes do INCA dada à instabilidade na importação dos insumos, acessórios e/ou consumíveis e até mesmo por problemas alfandegários. O não cumprimento a esta cláusula por parte da contratada motivará a aplicação das sanções cabíveis;

4.4.13.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

4.4.13.3. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Laboratório de Imuno-hematologia do Serviço de Hemoterapia/INCA;

4.4.13.4. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.4.13.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.4.13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.4.13.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.4.13.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

4.4.13.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos

federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.5/2017;

4.4.13.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

4.4.13.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

4.4.13.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

4.4.13.13. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.4.13.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

4.4.13.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

4.4.13.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

4.4.13.17. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

4.4.13.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.4.13.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4.14. Treinamento e capacitação

4.4.14.1. Fornecer treinamento gratuito e contínuo para a equipe técnica do Laboratório de Sorologia/Serviço de Hemoterapia/INCA, com certificação, e estendendo-se até que toda equipe esteja apta a operar todos os recursos disponíveis;

4.4.14.2. O treinamento ocorrerá antes do uso dos produtos na rotina e será periodicamente renovado, sem custos adicionais. Bem como reciclagem semestral e assessoria científica contínua. O cronograma de treinamento semestral deverá ser elaborado pela empresa entregue ao Laboratório de Imuno-hematologia do Serviço de Hemoterapia/INCA, na data do primeiro treinamento;

4.4.14.3. Apresentar a descrição da forma de utilização passo a passo de todos os equipamentos oferecidos, na língua portuguesa, bem como os seus respectivos catálogos.

4.4.15. Instalação, Manutenção e Suporte

4.4.15.1. O objeto inclui a prestação de assistência técnica (manutenção preventiva, corretiva calibração e assessoria técnico-científica), que consiste na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

4.4.15.2. Acerca das manutenções, além do já mencionado anteriormente, a empresa CONTRATADA deverá realizar a instalação dos equipamentos, qualificação e prestação de serviço de manutenção preventiva semestral da aparelhagem e assistência técnica dos equipamentos instalados, a não ser que haja recomendação do fabricante para que as manutenções preventivas sejam mais frequentes;

4.4.15.3. Na instalação dos equipamentos, a Contratada deverá fornecer relatório de Qualificação de Instalação e Qualificação de Operação;

4.4.15.4. Disponibilizar assessoria técnica e científica para qualificação e validação do equipamento e processo analítico, sendo responsável pela Qualificação de Instalação (QI) e Qualificação Operacional (QO) dos equipamentos;

4.4.15.5. Elaboração de cronograma de manutenção preventiva e das calibrações, caso aplicável, acordado com o Laboratório de Imuno-hematologia e Gestão de Equipamentos (Engenharia Clínica), de tal forma que não haja prejuízo da rotina dos serviços do laboratório, podendo ser agendadas aos sábados, domingos e feriados, se for necessário;

4.4.15.6. Ao término de cada manutenção preventiva, a contratada deverá emitir e fornecer ao Laboratório de Imuno-hematologia e Gestão de Equipamentos (Engenharia Clínica), um relatório com *check-list* dos procedimentos executados, com assinatura do técnico responsável pela execução, demonstrando que os equipamentos se encontram em plenas condições de uso e conforme os parâmetros indicados pelo fabricante para o funcionamento adequado;

4.4.15.7. Prestação de serviço de assistência técnica (manutenção corretiva), quando solicitada pela contratante, deve ser atendida no intervalo de 02 (duas) horas, no máximo, e o equipamento deve ser liberado para uso em pleno funcionamento em, no máximo, 6 (seis) horas conforme compromisso assumido na Proposta de Plano de Contingência descrito no item 4.9;

4.4.15.8. Durante as manutenções, o equipamento deverá ser identificado com uma sinalização adequada e visível a todos, que o mesmo está bloqueado para uso;

4.4.15.9. Substituição definitiva dos equipamentos, que apresentarem manutenções corretivas frequentes em determinado espaço de tempo (diariamente, semanalmente e/ou mensalmente), no prazo de 20 (vinte) dias após solicitação da Contratante;

4.4.15.10. Promover a calibração periódica dos equipamentos automatizados, inclusive da pipetagem, caso aplicável e segundo o fabricante, bem como, na instalação do equipamento e quando forem realizadas manutenções preventivas ou corretivas que demandem a realização de nova calibração, com emissão do respectivo Certificado de Calibração da Pipetagem que atenda às exigências de Vigilância Sanitária;

4.4.15.11. A assistência técnica deverá utilizar apenas peças e componentes originais e comprovadamente novos, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante;

4.4.15.12. A assistência técnica inclui o fornecimento, substituição e instalação de todos os itens consumíveis necessários ao perfeito e integral funcionamento dos equipamentos, durante todo o período de contrato;

4.4.15.13. As aberturas dos chamados serão efetuadas obrigatoriamente por e-mail, por telefone ou via Aplicativo de Whatsapp do

Suporte Técnico. O atendimento da assistência técnica terá início no momento da comunicação feita pelo Contratante à Contratada e será registrado em ordem de serviço do próprio Solicitante;

4.4.15.14. Durante todo o período de contrato, o serviço inclui a prestação de suporte técnico quanto ao uso, operação, treinamentos e configuração dos equipamentos e softwares fornecidos, além de assessoria científica.

4.4.16. Licença de software

4.4.16.1. A contratada é responsável pela licença de uso dos softwares relacionados aos equipamentos, incluindo aqueles utilizados no processo de interfaceamento.

Desempenho e Avaliação Técnica

4.4.17. O critério de avaliação para todos os itens será por documentação técnica (catálogo e mídia) deverá ser enviada para o e-mail sreboucas@inca.gov.br.

4.4.18. Os equipamentos locados deverão ser compatíveis com os insumos de cada grupo;

4.4.19. O desempenho do conjunto integrado fornecido deve ser validado em etapa anterior, conforme descrito nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

4.4.20. Submeter os equipamentos à instalação e qualificação conforme as condições técnicas de segurança e funcionalidade estabelecidas pela contratante, sujeitando-se ao seu aceite. Deve ser emitido um Laudo de Qualificação da Instalação, constando de todos os testes funcionais e qualitativos necessários, afirmando que o equipamento se encontra aprovado para uso, em 03 (três) vias (Setor/ Engenharia Clínica e Contratada);

4.4.21. Todos os procedimentos das reações, incluído tempo e temperatura de incubação de todas as fases, número de lavagem ou quaisquer outros especificados em bula deverão ser executados exatamente como orientados pelo fabricante em bula ou documentação oficial fornecida exclusivamente pelo fabricante na língua original acompanhada de sua tradução para o português.

Plano de Contingência

4.4.22. A contratada deverá apresentar proposta de Plano de Contingência para as seguintes situações (i) Pane nos equipamentos; (ii) Falta de reagentes no mercado; (iii) Problemas relacionados ao registro ou importação de insumos essenciais para a continuidade do serviço;

4.4.22.1. A proposta deverá apresentar, de forma clara, em quanto tempo os equipamentos de contingência serão instalados e qualificados para o funcionamento total da solução para cada grupo licitado;

4.4.22.2. A proposta deve constar que a licitante está ciente de que é obrigação da contratada manter o laboratório e agências transfusionais abastecidos de todos os reagentes e materiais vinculados necessários para o bom funcionamento dos equipamentos e que os custos da instalação e execução do Plano de Contingência serão de total responsabilidade da CONTRATADA;

4.4.22.3. A contratada deverá fornecer em contingência, equipamentos, reagentes e insumos até a resolução pela CONTRATADA, de problemas relacionados ao registro ou importação de insumos essenciais para a continuidade do serviço.

4.4.23. A contratada deverá fornecer equipamentos a serem instalados no Laboratório de Imuno-hematologia, nas Agências Transfusionais HC1, HC2 e HC3 e fornecer reagentes adequados a cada equipamento, como solução em caso de pane nos equipamentos e falta de reagentes no mercado como medida de contingência;

4.4.24. A empresa deve se comprometer a não deixar o laboratório de Imuno-hematologia desabastecido de qualquer um dos equipamentos e insumos do grupo licitado; 4.4.25. Os equipamentos ofertados, como solução, em contingência poderão utilizar a metodologia gel centrifugação semi-automatizado, não podendo se estender por mais de 15 (quinze) dias para o grupo 1 e por mais de 60 (sessenta) dias para o grupo 2, caso a solução seja de outra marca.

4.4.26. Em caso de pane no equipamento automatizado (grupo 1), este deve ser liberado para uso em no máximo 6 horas após abertura do chamado. Para isso, a licitante deve se comprometer a ter em estoque todas as peças de reposição que possam vir a ser necessárias. Caso o problema não seja resolvido em até 15 (quinze) dias na contingência, o equipamento deve ser substituído por outro automatizado;

4.4.27. As marcas de reagentes ofertados devem respeitar a pré-qualificação de marcas da instituição;

4.4.28. A licitante deve se comprometer a fornecer insumos e equipamentos, para o(s) teste(s) em contingência.

4.4.28.1. Após a instalação e qualificação dos equipamentos para a contingência, o prazo máximo aceitável de 5 (cinco) dias úteis deverá ser respeitado para o funcionamento total da solução, incluindo treinamento dos funcionários do Laboratório de Imuno-hematologia e Agências Transfusionais HC1, HC2 e HC3 e entrega de reagentes, insumos e materiais necessários para o bom funcionamento da rotina com qualidade;

4.4.29. A ativação do Plano de Contingência não implica em isenção da CONTRATADA das sanções administrativas cabíveis previstas neste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.5. As obrigações da CONTRATADA referentes às boas práticas ambientais descritas neste item têm a finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável através da contratação de serviços, observando as diretrizes estabelecidas no artigo 4º do Decreto nº 7746, de 5 de junho de 2012: Art. 4o.

4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.6.1. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) reconhece a importância de minimizar o impacto ambiental gerado pelos resíduos de suas atividades, que incluem plásticos, produtos químicos e biológicos provenientes de testes e tratamentos de pacientes, a Comissão de Gerenciamento de Resíduos garante que o descarte dos resíduos esteja de acordo com as determinações da Resolução - RDC Nº 222 /2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;

4.6.2. São diretrizes básicas de sustentabilidades aplicadas ao objeto deste processo: Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.6.3. O produto deve atender, preferencialmente, às exigências nos termos Art. 5º e 6º da IN 01/2010 – SLTI/MPOG:

4.6.3.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.6.3.2. Que os bens devam ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Da exigência de carta de solidariedade

4.7. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. A subcontratação poderá ser aceita apenas contingencialmente como alternativa ao plano de contingência ofertado na proposta da Licitante, caso a empresa vencedora não cumpra com as condições de instalação e fornecimento de reagentes e insumos em tempo hábil para evitar paralisação no fornecimento de hemocomponentes pelo Serviço de Hemoterapia.

4.9.1. Em caso de ativação do Plano Contingência por subcontratação, este não poderá ultrapassar o limite de 60 (sessenta) dias, prazo para que a empresa CONTRATADA regularize a situação do item licitado, sob pena de inexecução parcial do contrato.

4.9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5 %** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.11. Em caso de opção do seguro-garantia, a parte adjudicatória deverá apresentá-la, no máximo até a assinatura do contrato.

4.12. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.13. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.15. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim. Agendamento prévio junto ao Serviço de Hemoterapia / Lab de Sorologia INCA/MS, pelo telefone (21) 3207-1112. / 3207-1312/ 3207-1058, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.16. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.17. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17.1. Realizar vistoria nos locais de execução dos serviços até o último dia útil anterior à abertura da sessão pública, com o objetivo de avaliar as condições físicas e operacionais. Essa vistoria visa garantir que as empresas dimensionem corretamente as adaptações necessárias, como ajustes nas instalações

elétricas, hidráulicas, de rede lógica, climatização, entre outros, sem ônus para o Laboratório de Sorologia/Serviço de Hemoterapia/INCA. Em razão das características peculiares inerentes a cada equipamento, somente a empresa interessada, por meio de vistoria prévia, poderá corretamente estimar seus custos, de forma a elaborar sua proposta de preços.

4.18. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.19. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Da Documentação Técnica do Produto:

4.20. A Instituição procederá ao convite para que o fornecedor melhor classificado após a etapa de lances realize **envio da Documentação técnica dos produtos**, através dos seguintes meios:

4.21. A documentação do objeto apresentada pela licitante deverá conter a descrição técnica detalhada do produto, sua funcionalidade, suas características físicas e de desempenho, e demais informações necessárias para demonstrar as características do produto ofertado. Será admitido como documentação técnica o envio de foto/imagem, manual, catálogo, folder, descritivo, ou outros meios contendo documentação audiovisual que demonstre o item, suas especificações, de acordo com descrição constante da proposta de preços submetida à Instituição, informando a referência ofertada, nº do processo SEI, nº do procedimento licitatório no sistema COMPRASNET e nº do item a que se refere; para que seja avaliada a correlação entre as especificações técnicas do material solicitado;

4.22. Após recebimento, os arquivos serão encaminhados ao usuário para análise e parecer.

4.23. A documentação referente ao item deverá ser obrigatoriamente da mesma marca, modelo e referência do ofertado na proposta da licitante.

4.24. Todas as despesas decorrentes do processo de avaliação da documentação são de responsabilidade da licitante. Caso a mesma não tenha interesse em apresentar documentação dentro do prazo estabelecido, sua proposta será desclassificada.

4.25. Na avaliação da **Documentação técnica do produto** serão verificados todos os itens discriminados relacionados à especificações técnicas do material solicitado, constante do cadastro de itens do INCA e a narrativa constante do cadastro CATMAT /SIDEDEC, podendo também ser realizada verificação de documentação ou fontes de dados adicionais, em função de fundado receio de que o item a ser demonstrado não esteja em conformidade com as especificações da Instituição.

4.26. **A avaliação compreenderá a análise da Documentação técnica do produto a ser realizada pelo usuário**, onde será confirmado o atendimento integral do objeto ofertado na documentação e proposta de preços com relação às especificações técnicas do material solicitado, constante do cadastro de itens do INCA e a narrativa constante do cadastro CATMAT /SIDEDEC presente no Termo de Referência.

4.27. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO:

4.27.1. Após a realização da avaliação da documentação técnica do produto, será incluído o resultado da avaliação no Processo Administrativo que abriga a solicitação de compra do item.

4.27.2. Neste, deverá constar objetivamente se a documentação apresentada confirmou se o item analisado está ou não de acordo com as especificações técnicas exigidas, se as condições proporcionadas pela licitante são adequadas para o uso daquele e se o mesmo possui aderência aos procedimentos realizados na instituição.

4.28. DESCCLASSIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

4.28.1. Implica na desclassificação do fornecedor as seguintes ocorrências:

4.28.2. Atendimento parcial ou não atendimento aos requisitos funcionais e de desempenho mínimos exigidos para o item e estipulados em Termo de Referência;

4.28.3. Incompatibilidade insanável de qualquer funcionalidade do item durante a realização da avaliação.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição das etapas de execução:

5.1.2.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) dos grupos I e II deve(rão) instalar o equipamento no Laboratório de Sorologia do serviço de Hemoterapia/INCA/MS

5.1.2.2. Realizar a qualificação e treinamento dos funcionários

5.1.2.3. Entregar os reagentes, insumos e materiais necessários para iniciar a rotina de triagem sorológica de doadores de sangue do INCA.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Instalação e qualificação dos equipamentos: 5 dias úteis após início da execução do objeto

5.1.3.2. Treinamento: 2 dias úteis após instalação e qualificação do equipamento

5.1.3.3. Início da entrega dos Insumos e reagentes: 5 dias úteis após início da execução do objeto

5.1.4. Cronograma e prazos para entrega dos reagentes:

5.1.4.1. Cronograma de entrega do GRUPO I

GRUPO I														
		ENTREGAS												
Item	Teste	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	Total

2	Reclassificação sanguínea ABO, RhD	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	200	1300
3	Prova de compatibilidade	375	375	375	375	375	375	375	375	375	375	375	375	4500
4	Classificação sanguínea ABO, RhD para recém- nato	12	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	100
5	Fenotipagem Rh e Kell	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	720
6	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1700	16000
7	Pesquisa de Anticorpos Irregulares - Pool de hemácias	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1700	16000
8	Fenotipagem estendida P1, Le e Lu	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	7	40
9	Fenotipagem estendida - Le ^a e Le b	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
10	Fenotipagem estendida - k, Kp e Jk	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	7	40
11	Fenotipagem estendida - Jk ^a e, Jk b	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
12	Fenotipagem estendida - M e N	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	40	260

13	Fenotipagem estendida - MNS e Fy	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
14	Identificação de anticorpos eritrocitários - Painel de hemácias	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	900
15	Identificação de anticorpos eritrocitários - Painel enzimático de hemácias	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	900
16	Pesquisa de Anticorpos Irregulares Enzimático - Conjunto com 3 hemácias	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	900
17	Estudo imuno-hematológico - Contendo Hemácias A1, A2, B e 3 hemácias de triagem	190	190	190	190	190	190	190	190	190	190	190	210	2300
18	Teste RhD fraco	375	375	375	375	375	375	375	375	375	375	375	375	4500
19	Eluição ácida de anticorpos anti-eritrocitários	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	110
20	Teste de Antiglobulina Direta Monoespecífico	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	264
21	Fenotipagem estendida - Cw	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	22	220
22	Titulação seriada de anticorpos eritrocitários	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	6	50

23	Fenotipagem estendida - CDE	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120

5.1.4.2. Cronograma de entrega doGRUPO II

GRUPO 2														
		ENTREGAS												
Item	Teste	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	Total
2	Reclassificação sanguínea ABO, RhD	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1700	16000
3	Prova de compatibilidade	1750	1750	1750	1750	1750	1750	1750	1750	1750	1750	1750	1750	21000
4	Fenotipagem Rh e Kell	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	130
5	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1700	16000
6	Pesquisa de Anticorpos Irregulares pré-transfusional - Conjunto com 2 hemácias	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	15000

5.1.4.3. As quantidades informadas nos grupos I e II são referentes ao consumo estimado e a entrega será feita conforme este cronograma estabelecido, contudo, dependendo da necessidade da instituição, as quantidades por entrega, podem variar para mais ou menos.

5.1.4.4. O prazo para entrega das parcelas é de até 3 (Três) dias úteis a partir do pedido formalizado por meio eletrônico. O atraso ou não cumprimento da entrega das parcelas está sujeito às sanções administrativas previstas.

Local e horário da Prestação de Serviços

5.2. Equipamentos e reagentes, insumos e materiais deverão ser entregues no Instituto Nacional de Câncer – Serviço de Hemoterapia – Laboratório de Sorologia - Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20.230-130.

5.2.1. O equipamentos semi-automatizados devem ser entregues e instalados conforme quadro a seguir:

--	--

Local de Instalação		Equipamento
HC 1	Laboratório de Imuno-hematologia	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		02 pipetadores manuais de 10µL a 300µ
	Agência Transfusional	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		02 pipetadores manuais de 10µL a 300µ
HC 2	Agência Transfusional	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		01 pipetadores manuais de 10µL a 300µ
HC 3	Agência Transfusional	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		01 pipetadores manuais de 10µL a 300µ

- 5.2.2. Os equipamentos devem ser instalados conforme descrito no item 5.3, nos seguintes endereços:
- 5.2.3. Laboratório de Imuno-hematologia e Agência Transfusional HC1 - Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20.230-13.
- 5.2.4. Agência Transfusional HC2 - Avenida Via Binário do Porto, 831 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP 20220-250.
- 5.2.5. Agência Transfusional HC3 - Avenida Visconde de Santa Isabel, 274 - Vila Isabel - Rio de Janeiro - CEP 20560-121.

5.3. O Serviço deve ser prestado durante o horário de funcionamento do Laboratório de Imuno-hematologia: de segunda a sexta de 08:00 às 16:00.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas (abaixo):
- 5.4.1. Locação e manutenção de 01 (um) equipamento automatizado para testes imuno-hematológicos, com fornecimento de reagentes conforme descrito no item 1.1, para o laboratório de Imuno-hematologia em quantidade descrita no item 5.3 que possua as seguintes características:
- 5.4.1.1. Ser totalmente automatizado;
- 5.4.1.2. Com inserção de amostras, reagentes, controles e calibradores através de identificação interna por código de barras e

opcionalmente manual;

5.4.1.3. Sistema de detecção em tempo real de nível de volume de reagentes, especificando quantidade de testes a serem realizados por frasco de reagente introduzido;

5.4.1.4. Alarmes para finalização de reagentes e esgoto cheio;

5.4.1.5. Capacidade para carregamento de testes de emergência a qualquer momento;

5.4.1.6. Detecção de coágulos, bolhas e fibrina;

5.4.1.7. Realizar interfaceamento bidirecional com os sistemas informatizados HEMOTE e MATRIX Diagnoses;

5.4.1.8. Fotografia e armazenamento dos resultados;

5.4.1.9. Possibilidade de impressão dos resultados;

5.4.1.10. Sistema de controle de qualidade diário dos reagentes;

5.4.1.11. Realização dos testes imuno-hematológicos em amostras de doadores de sangue e pacientes pré-transfusionais;

5.4.1.12. Manutenção preventiva e corretiva do equipamento.

5.4.2. Locação e manutenção de estações de trabalho semi-automatizadas para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes conforme descrito no item 1.1, para o Laboratório de Imuno-hematologia e Agências Transfusionais HC1, HC2 e HC3, em quantidade descrita no item 5.3 que possuam as seguintes características:

5.4.2.1. Ser um sistema semi-automatizado;

5.4.2.2. Conter incubadora a seco para cartões, temporizada, com registro de temperatura e tempo em display;

5.4.2.3. Conter centrífuga para cartões automática, temporizada, com registro de velocidade e tempo em display;

5.4.2.4. Conter pipetas semi-automatizadas, padronizadas com o sistema de microtipagem, com capacidade de aspiração de no mínimo 300 microlitros e

dispensações seriadas (mínimo 10 -12,5 microlitros) e ejetor de ponteiros;

5.4.2.5. Serão instalados conforme descrito no quadro do item 5.3. e 5.4;

5.4.2.6. Possibilite pipetagem manual das amostras e reagentes para incubar e centrifugar nos equipamentos semi-automatizados;

5.4.2.7. Realização dos testes imuno-hematológicos em microtipagem em amostras de doadores de sangue e pacientes pré-transfusionais;

5.4.2.8. Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e calibração das pipetas e dos dispensadores de diluentes.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas para cada grupo descrição e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1. Os materiais devem atender rigorosamente às especificações constantes em sua proposta.

5.5.2. Quanto aos Equipamentos:

5.5.2.1. O prazo de entrega/instalação dos equipamentos para realização dos exames deverá ocorrer em período máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato;

5.5.2.2. A entrega e a instalação do equipamento deverão ocorrer sem ônus para o INCA.

5.5.2.3. O Manual de operação e manutenção do equipamento deverá ser em Português, ou se em língua estrangeira deverá estar acompanhado de tradução para o Português, na forma digitalizada ou informando o endereço eletrônico de acesso.

5.5.2.4. As adequações do software, se necessário, deverá ser de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

5.5.2.5. As versões atualizadas de software dos equipamentos deverão ser repassadas prontamente ao Laboratório durante a vigência do contrato.

5.5.2.6. O equipamento automatizado do Grupo I deve ser acompanhado de no-break com manutenção do funcionamento do equipamento por no mínimo 30 minutos, de acordo com a capacidade e necessidade de aparelho.

5.5.2.7. A Contratada do Grupo I deverá custear o processo de interfaceamento dos equipamentos instalados aos sistemas informatizados dos laboratórios (Matrix e Hemote), bem como fornecer o microcomputador necessário para a instalação do sistema interface e garantir a manutenção preventiva e reparadora do *software e hardware*, *sem ônus para o INCA*.

5.5.2.8. A contratada do Grupo I deverá fornecer sistema automatizado, integrado ao sistema analítico, de identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE, e leitor de código de barras diodo de laser, 40 scans/s, auxiliar para identificação de amostras em padrão alfa numérico de 12 dígitos ou mais, utilizando códigos de barras no padrão code 128, ou outro que atenda a CONTRATANTE.

5.5.2.9. A contratada de cada Grupo deverá disponibilizar todos os equipamentos originais, de fabricação recente, não serão aceitos equipamentos em obsolescência ou protótipos. É imprescindível que os equipamentos cotados realizem todos os testes obrigatórios listados em cada grupo.

5.5.2.10. A CONTRATADA do Grupo 1 deverá disponibilizar equipamento backup semi-automatizado para realização da rotina em caso de paralisação do sistema automatizado. O equipamento backup deverá ser instalado no prazo de 12 horas da abertura de chamado para manutenção corretiva, afim de não atrasar a liberação de resultados pelo Laboratório de Imuno-hematologia, cujo prazo é de 24 horas.

5.5.2.11. O equipamento backup pode ser para rotina semi-automatizada e deve ser compatível com os insumos fornecidos no Grupo 1.

5.5.2.12. Caso haja uma eventual necessidade da embalagem que acomoda o equipamento, cabe à licitante vencedora, o recolhimento e a guarda da mesma.

5.5.3. Quanto aos Insumos:

5.5.3.1. Os insumos deverão ser genuínos e próprios dos equipamentos, e a sua validade deverá ser de no mínimo, 06 (seis) meses, por ocasião da entrega;

- 5.5.3.2. Excetuam se desta obrigatoriedade, os reagentes de hemácias e amostras de controle de qualidade, as quais devem possuir a validade de 28 (vinte e oito) dias, por ocasião da entrega;
- 5.5.3.3. É obrigatório que todos os insumos estejam embalados e identificados em conformidade e com registro na ANVISA;
- 5.5.3.4. A entrega de todos os reagentes utilizados para a realização dos exames deverão ocorrer com total ônus da proponente, inclusive o transporte;
- 5.5.3.5. A empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários (do equipamento e periféricos): controles, calibradores, diluentes, solução de lavagem, detergentes, galões e/ou frasco de resíduos, agulhas, racks, tubos/frascos específicos, lâmpada, e quaisquer outro consumível aplicável e necessário para o pleno funcionamento do sistema. Qualquer peça, cuja troca seja de responsabilidade do usuário, deverá ter um sobressalente em estoque no Laboratório;
- 5.5.3.6. Os insumos deverão ser entregues no Laboratório de Imuno-hematologia localizado na Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro, Rio de Janeiro, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do dia útil subsequente à data de recebimento da Nota de Empenho;
- 5.5.3.7. A Equipe de Fiscalização de Contrato enviará Ordem de Serviço, contendo a listagem e quantidade de insumos a serem fornecidos;
- 5.5.3.8. A Empresa contratada deverá fornecer esses insumos em até 7 (sete) dias úteis, a partir do recebimento da Ordem de Serviço;
- 5.5.3.9. Os insumos deverão ser entregues com identificação do grupo, data de fabricação, data de vencimento e bula, quando cabível, com todas as informações técnicas;
- 5.5.3.10. A entrega poderá ser parcelada de acordo com as necessidades técnicas do laboratório;
- 5.5.3.11. Nas situações em que forem observadas perdas de insumos e acessórios decorrentes de mau funcionamento dos equipamentos, em razão de manutenção corretiva e/ou preventiva deficiente por parte da empresa vencedora, bem como qualquer outro consumo anormal e inesperado decorrente de falha nessas manutenções, a empresa vencedora deverá repor imediatamente o material e insumos perdidos, sem quaisquer ônus ao INCA;
- 5.5.3.12. Os insumos que forem entregues sem o devido cuidado de conservação e transporte, bem como os que apresentarem embalagens danificadas, serão automaticamente devolvidos, sendo que a empresa deverá repor imediatamente ao INCA todo o material considerado não conforme para uso.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A Contratada deve se responsabilizar por ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

a) Os equipamentos somente serão retirados e interrompidos o fornecimento de calibradores, controles e consumíveis quando terminar o estoque remanescente de reagentes de cada grupo no Laboratório de Imuno-hematologia e Agências Transfusionais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada não precisará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.18.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.18.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.18.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.18.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.18.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.18.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.18.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

6.18.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

6.18.9.1. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.18.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.18.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

6.18.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto nos Anexos II e III.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. SERVIÇO DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ANALISADORES IMUNO-HEMATOLÓGICOS

7.3.1.1. Atrasos na manutenção preventiva, ou na entrega de laudos e /ou certificados exigidos por vigilância Sanitária;

7.3.1.2. Não atendimento de chamado técnico de manutenção corretiva por mais de 02 (duas) horas e/ou não atendimento de solicitação de assessoria técnica;

7.3.1.3. Não liberação do aparelho em até 6 (seis) horas depois do chamado;

7.3.1.4. Não providenciar treinamento para funcionários;

7.3.1.5. Reincidência em quaisquer dos itens previstos.

7.3.2. ENTREGA DE REAGENTES E INSUMOS

7.3.2.1. Atraso na entrega de material que não reflita em comprometimento da qualidade ou atraso na rotina

7.3.2.2. Entrega de calibradores, controles ou outros insumos inadequados, em embalagem violada ou em alíquotas

7.3.2.3. Atraso na entrega de materiais que acarreta comprometimento da qualidade dos resultados sorológicos ou descumprimento de normas sanitárias vigentes

7.3.2.4. Atrasos de materiais que impactem na interrupção total ou parcial do serviço do laboratório de sorologia

7.3.2.5. Reincidência em quaisquer dos itens previstos

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 **(dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.17.1. **o prazo de validade;**
- 7.17.2. **a data da emissão;**
- 7.17.3. **os dados do contrato e do órgão contratante;**
- 7.17.4. **o período respectivo de execução do contrato;**
- 7.17.5. **o valor a pagar; e**
- 7.17.6. **eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**
- 7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.25. Após a autorização, a Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura para o endereço **nuclenf@inca.gov.br**, aos cuidados da Divisão Orçamentária Financeira - DIOF, que abrirá o respectivo processo de pagamento, encaminhando-o para o gestor do contrato para que seja feita a instrução pertinente."

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.32. Os preços inicialmente estabelecidos são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, da data da PLANILHA DE ORÇAMENTO elaborada pelo Serviço de Compras (SECOM/INCA) e utilizado para essa contratação.

7.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo INCA, do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o INCA pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Cessão de crédito

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.39.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.40. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido

de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Modo de Disputa

8.2. O modo de disputa será aberto.

8.3. Os detalhamentos das regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

Regime de Execução

8.4. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço Global.

Exigências de habilitação

É vedada a inclusão de requisitos que não tenham suporte nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

O Decreto n.º 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, estabelece, em seu art. 3º, que a Carteira de Identidade passa a adotar o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como o número do registro geral nacional previsto no inciso IV do **caput** do seu art. 11.

8.6. **Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;**

8.7. **Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;**

8.8. **Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;**

8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada -**

EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.**

8.11. **Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;**

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz**

8.13. **Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.**

8.14. Autorização de Funcionamento de Empresa junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em original ou cópia autenticada do Diário Oficial da União que evidencie sua data, página, seção e número e constando a Portaria concessiva deste ato. 21.3.3 nos termos da RDC 16/2014.

8.15. Alvará Sanitário expedido, no presente exercício, pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente, da Secretaria Estadual ou Municipal de Saúde, ou exercício anterior juntamente com o protocolo do período de renovação relativo ao exercício do ano corrente nos termos da Lei Complementar Nº 197, de 7/12/2018.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.27.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.32. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.33. Registro ou inscrição de responsável técnico da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Biologia, Biomedicina e/ou Farmácia do Rio de Janeiro, em plena validade, conforme RDC nº 67/2007;

8.34. Registro ou inscrição de responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) para supervisionar as atividades de manutenção de equipamentos diagnósticos, para a qual deve ser um profissional qualificado, conforme RDC nº 16, de 28 de março de 2013 e lei 13.693/2018.

8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.35.1.1. fornecer equipamentos, reagentes e materiais para realização dos testes sorológicos descritos no objeto em, pelo menos 50% das quantidades estabelecidas neste Termo de referência, e pelo período mínimo de 1 ano, sendo aceito diferentes atestados que somem o período e/ou em período concomitante que somem o quantitativo estipulado;

8.35.1.2. ter prestado também serviço de assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva do equipamento ofertado como descrito no presente Termo de Referência;

8.35.1.3. os atestados devem ser emitidos referindo-se à atividade econômica principal ou secundária da empresa emitente;

8.35.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.35.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Documentação complementar para cooperativas

8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.36.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

Da Participação de Consórcio

8.37. Na licitação será admitida a participação de Consórcio de empresas, nos termos do art. 15, da Lei n. 14.133/2021, devendo, para fins de habilitação, a pessoa jurídica em consórcio apresentar a seguinte documentação complementar:

8.37.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

8.37.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

8.37.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.37.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

8.37.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

8.37.6. estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

9. OBRIGAÇÕES DO INCA

9.1. São obrigações do INCA:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas deste instrumento.

9.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto adquirido sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021 e do Decreto 11.462/2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% do valor do contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao INCA (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo INCA ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o INCA;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O INCA deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº

14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do Contratado para com a Administração INCA, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo instrumento ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. Comunicar ao INCA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo INCA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

IV - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao INCA e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.1.10. Paralisar, por determinação do INCA, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.11. Manter durante toda a vigência Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.1.13. A fim de fiscalizar o cumprimento da reserva de cargos, a Administração poderá solicitar ao Contratado a sua comprovação, inclusive com a indicação dos empregados que preenchem as respectivas vagas reservadas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento Contrato;

11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do INCA;

11.1.17. Quando aplicável, alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.1.18. Quando aplicável, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.1.19. Quando aplicável, conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.20. Quando aplicável, submeter previamente, por escrito, ao INCA, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação para o Grupo I é de **R\$ 765.629,16 (setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 do Termo de Referência.
- 12.2. O custo estimado total da contratação para o Grupo II é de **R\$ 506.346,40 (quinhentos e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 do Termo de Referência.
- 12.3. O valor global máximo estimado é de **R\$ 1.271.975,56 (um milhão e duzentos e setenta e um mil e novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)**.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - Gestão / Unidade: 250052;
II - Fonte de Recursos: 1002000000;
III - Programa de Trabalho: 10 302 5118 8758 0033
IV - Elemento de Despesa: 339030; 339039
V - Plano Interno: 234640
- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2026					
Processo nº 25410.003369/2025-30					
Grupo I					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
-	-	-	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43
Total estimado para o exercício:				R\$ 574.221,87	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2027

Grupo I

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	R\$ 63.802,43	-	-	-
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-	-	-	-	-	-
Total estimado para o exercício:				R\$ 191.407,29	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2026

Processo nº 25410.003369/2025-30

Grupo II

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
-	-	-	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5336
Total estimado para o exercício:				R\$ 379.759,80	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2027

Processo nº 25410.003369/2025-30

Grupo II

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5333	R\$ 42.195,5334			
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
			-	-	
Total estimado para o exercício:				R\$ 126.586,60	

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133 /2021.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

16. VERSÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIMONE SANTOS PENICHE REBOUCAS

Tecnologista



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 15:57:22.

IARA DE JESUS FERREIRA MOTTA

Chefe do Serviço de Hemoterapia



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 14:23:35.

JULIO CESAR MOREIRA DOS SANTOS

Chefia de Compras - (Aprovação do Termo de Referência)



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 10:43:06.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Instrumento de Medicao de Resultados - Locacao.pdf (117.69 KB)
- Anexo II - Instrumento de Medicao de Resultados - Insumos.pdf (115.78 KB)
- Anexo III - Estudo Tecnico Preliminar 70_2025.pdf (111.89 KB)
- Anexo IV - Planilha de Orcamento.pdf (207.96 KB)

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Estudo Técnico Preliminar 70/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25410.003369/2025-30

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Preliminar visa identificar a solução ideal para a contratação de empresas especializadas na locação de analisadores imuno-hematológicos automatizados e semi-automatizados com fornecimento dos reagentes e materiais de suporte necessários para a realização dos exames imuno-hematológicos, incluindo manutenção preventiva e corretiva, nas condições, especificações e quantitativos detalhados neste projeto básico, para atender o Laboratório de Imuno-hematologia e as agências transfusionais HC1, HC2 e HC3 do Serviço de Hemoterapia do INCA, garantindo a continuidade dos testes obrigatórios exigidos pela Portaria de Consolidação nº 5/2017, que estabelece boas práticas para garantir a qualidade dos processos e produtos, reduzir riscos sanitários e assegurar a segurança transfusional.

Esta aquisição é de grande importância para o INCA, garante insumos essenciais para a assistência médica, primando pela vida, saúde e bem-estar dos pacientes. Os materiais e reagentes, por serem de consumo frequente, são padronizados e registrados no Sistema de Gestão de Estoque, sendo o Serviço de Hemoterapia responsável por sua solicitação, controle, recebimento, armazenamento e distribuição. Com esses itens, são realizadas diversas práticas médico-hospitalares de média e alta complexidade, garantindo atendimento completo e eficiente. São utilizados para realizar exames nas doações de sangue e garantir a liberação de componentes sanguíneos para transfusão, para realizar testes pré-transfusionais, testes pré-transplante de medula óssea e acompanhamento pós-transplante. A falta desses itens pode gerar graves consequências, como aumento de custos com compras emergenciais e riscos à saúde dos pacientes, incluindo aumento nas taxas de morbidade e mortalidade.

Os exames imuno-hematológicos são essenciais para o suporte hemoterápico em diversas situações, como tratamento pré e pós-operatório, quimioterapia e transplante de medula óssea. A locação de equipamentos modernos e eficientes garante que o laboratório esteja sempre atualizado com a tecnologia mais recente, permitindo a realização de exames imuno-hematológicos com qualidade, rapidez e precisão. Essa escolha elimina os altos custos de manutenção e o risco de obsolescência associados à compra de equipamentos, garantindo que o parque tecnológico do laboratório opere sempre com o que há de mais moderno e eficiente.

A prestação deste serviço é fundamentada no princípio jurídico-administrativo da continuidade dos serviços públicos, considerando que a atividade está diretamente ligada ao ciclo produtivo do sangue e seus componentes no Serviço de Hemoterapia do INCA/MS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Hemoterapia	Iara de Jesus Ferreira Motta

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O licitante deverá apresentar a cópia da Licença Sanitária de Funcionamento de sua empresa expedido pela Vigilância Sanitária local com a data de validade vigente.

As empresas licitantes deverão apresentar 01 (uma) declaração de desempenho ou capacidade técnica satisfatório dos Equipamentos de no mínimo 01 (um) ano, com fornecimento dos respectivos reagentes e todos os materiais de suporte para a realização dos exames, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

As empresas contratadas deverão apresentar um comprovante de que o(s) equipamento(s) cotado(s) (marca /modelo) ainda está em linha de fabricação, não se trata de protótipo e nem de sistema em fase de obsolescência, através de atestado fornecido pelo respectivo fabricante.

Apresentação de proposta implica no conhecimento e aceitação plena de todas as condições descritas.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas por agendamento prévio junto ao Serviço de Hemoterapia / Lab. de Imuno-hematologia INCA/MS, pelo telefone (21) 3207-1060 / 3207-1058.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

As adequações (se necessárias) tem a finalidade de possibilitar a entrega, instalação e treinamento do equipamento em tempo hábil determinado neste edital. Toda adequação deverá ter a anuência da Divisão de Engenharia Clínica e da Engenharia Predial e Infraestrutura.

As empresas licitantes não poderão alegar qualquer tipo de desconhecimento referente ao objeto desta licitação, pois a visita técnica será disponibilizada para todos os participantes deste certame.

A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

O fornecimento de materiais deverá estar em conformidade com as especificações padronizadas pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), atendendo aos requisitos de composição dos produtos e às quantidades necessárias para garantir o atendimento adequado aos doadores de sangue e pacientes em tratamento oncológico, assistidos pelo Serviço de Hemoterapia.

4.1. Da proposta

A proposta deverá apresentar valores separados para cada lote com valores discriminados para Locação e Insumos. Além de descrever os equipamentos que serão ofertados obedecendo aos critérios descritos no Projeto Básico inserido no processo de compra.

4.2. Da vigência

O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos do arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

5. Levantamento de Mercado

Para a realização de testes imuno-hematológicos na técnica em gel, é necessária a utilização de equipamentos automatizados e semi-automatizados, específicos de cada fabricante. Esses equipamentos possuem tecnologia de última geração e possibilitam o interfaceamento dos resultados nos sistemas de Banco de Sangue disponíveis no Serviço de Hemoterapia e a liberação rápida e segura, além de conferir rastreabilidade, porém não são comercializados no mercado.

A técnica em gel sephadex é amplamente difundida no mercado para estudos imuno-hematológicos, e é utilizada no Serviço de Hemoterapia há mais de 20 anos de forma manual (semi-automatizada), enquanto a utilização da técnica em gel automatizada passou a ser realizada no Laboratório de Imuno-hematologia a partir de 2021 (**Processo 25410.004276/2021-07**), portanto a equipe técnica do Serviço de Hemoterapia possui pleno conhecimento e capacitação.

No mercado, as opções de disponibilização de equipamentos automatizados incluem comodato e locação. Embora o comodato seja definido como um empréstimo gratuito de bem não fungível, é possível observar que os custos individuais de cada teste e o valor total do contrato tornam-se mais elevados nesse modelo.

Além disso, o contrato de comodato seria de apenas **12 meses**, o que exigiria o início de um novo processo licitatório, bem como a realização de procedimentos para a transição entre empresas, como a desinstalação, remoção e transporte do equipamento (equipamentos robustos que podem pesar algumas toneladas), e os mesmos trâmites para o equipamento da empresa vencedora a cada ano. A experiência adquirida mostra que esses custos estão inclusos na proposta de comodato, tornando essa opção mais cara do que a proposta de locação. A locação, por sua vez, apresenta um custo mais vantajoso, pois permite à administração firmar um contrato continuado de até **10 anos**, o que reduz os transtornos relacionados à troca de equipamentos e abertura de novos processos licitatórios.

Destaca-se que a técnica em gel sephadex é disponibilizada no Brasil por apenas 2 fabricantes, cujos representantes exclusivos são:

Bio-Rad Laboratórios. Comercializado pela Diamed Latino América S/A, CNPJ 71.015.853/0001-45;

Grifols. Comercializado pela Martell Comércio de Produtos Hospitalares, CNPJ 02.956.455/001-00.

Existem quatro soluções possíveis para presente aquisição: Locação de equipamento com fornecimento de insumos; aquisição de insumos com necessidade de realização de registro de preços; aquisição de insumos por registro de preço com comodato de equipamento; e terceirização da realização dos exames.

A aquisição de insumos por registro de preços é inviável pois é necessário equipamento específico para realização dos testes e estes equipamentos não são comercializados.

A opção pela terceirização da realização dos exames foi prontamente descartada pois acarreta em um aumento no tempo de resposta, diminuindo a qualidade do atendimento ao paciente.

A presente aquisição será do tipo menor preço, sendo vencedora a empresa que oferecer menor valor, desde que atenda as exigências legais e as contidas no Edital do Pregão.

Quando se realiza a aquisição de um equipamento, este pode tornar obrigatório o uso de insumos de um único fornecedor, limitando a participação de outros fornecedores. Além disso o equipamento pode se tornar obsoleto em um curto espaço de tempo, por conta das constantes modernizações tecnológicas no mercado. Portanto, para que se mantenha a qualidade (excelência) dos exames é economicamente mais viável o regime de "locação", pois podemos ter atualizações de software e manutenções preventivas e corretivas sem que haja necessidade de compra (aquisição) desses acessórios.

Diante do exposto, identificamos essas possíveis soluções para o objeto em questão, conforme se verifica no resumo da tabela abaixo:

SOLUÇÃO	ESTUDO DA SOLUÇÃO	ANÁLISE
A aquisição de insumos por registro de preços, e aquisição de equipamento.	Para a utilização dos insumos, é necessária utilização de equipamentos específicos do mesmo fornecedor. Entretanto, os equipamentos não são comercializados.	Inviável
Aquisição de insumos por registro de preço, com comodato de equipamento.	Modelo com empréstimo gratuito de bem exclusivo, com custo de disponibilização dos equipamentos embutido nos insumos (valor individual dos testes e valor global da contratação, mais onerosos nesse modelo).	Viável, porém mais onerosa.
Terceirização da realização dos exames.		Inviável

	Essa alternativa foi prontamente descartada, pois acarreta em um aumento no tempo de resposta e entrega dos resultados, diminuindo a qualidade do atendimento ao paciente.	
Locação de equipamento, com fornecimento de insumos.	Aquisição dos insumos, sob a forma de testes, com a locação dos equipamentos. Nesta solução, estão incluídos todos os insumos necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos, independente de qual fornecedor vencer o certame.	Viável e economicamente mais vantajosa.

Assim, conforme a tabela acima a solução identificada como mais vantajosa e adequada às necessidades do INCA é a **Locação de equipamento com fornecimento de insumos**.

Cabe observar que a Instituição possui uma equipe formada de servidores públicos para prestação de serviços assistenciais aos pacientes, não havendo necessidade de terceirização de um serviço com mão-de-obra exclusiva.

Os equipamentos e insumos encontram-se pormenorizados no tópico 6 do presente ETP.

Posteriormente será inserido no Processo o Levantamento de Mercado, realizado pelo Serviço de Compras (SECOM/INCA), respeitando os parâmetros que determina a Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, para o presente processo, buscando encontrar fornecedores interessados em prover o Instituto com os materiais solicitados, para isso realizará chamada aos Hospitais Federais, pesquisa no Painel de Preços, Banco de Preços, Internet e Fornecedores.

Os serviços a serem futuramente contratados serão considerados comuns pela Administração Pública, conforme Art. 6º, Inciso XIII, da Lei Federal 14.133/2021, que define bens e serviços comuns como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da Solução Como um Todo

Esta aquisição ocupa um papel de destaque dentro do sistema de compras do Instituto, uma vez que se trata de insumos imprescindíveis a uma assistência que prima pela manutenção da vida, da saúde, da qualidade do bem estar físico e da excelência dos serviços ofertados aos seus usuários. Os itens em questão têm sua importância, pois por meio destes são realizadas várias práticas assistenciais de média e grande complexidade no âmbito médico-hospitalar. Através dos itens adquiridos neste processo são realizados os exames para liberação das bolsas de sangue dos doadores e os testes pré-transfusionais dos pacientes do INCA, bem como são realizados os testes pré-transplante de medula óssea e o acompanhamento dos pacientes no pós-transplante.

A falta destes itens acarretará consequências graves, não só a Instituição – um aumento considerável nos gastos com compras emergenciais em que o custo do item é mais elevado - como também aos clientes por ele assistido - podendo resultar em aumento nas taxas de morbidade e mortalidades na Instituição.

Os exames imuno-hematológicos são essenciais para o suporte hemoterápico de pacientes em tratamento, pré e pós-operatório, quimioterápico e no transplante de medula óssea, assim como para a liberação de todos os componentes sanguíneos oriundos das doações de sangue do INCA. A realização dos exames com qualidade, rapidez e precisão é feita por equipamentos totalmente automatizados e de alto custo para aquisição e manutenção. Por isso se justifica a ferramenta de locação dos equipamentos, possibilitando que o parque produtivo do laboratório esteja sempre com a tecnologia de ponta disponível no momento licitatório.

Os itens foram agrupados em 02 lotes, adequando as características do equipamento às necessidades do Laboratório de Imuno-hematologia e às Agências transfusionais do HC1, HC2 e HC3 do Serviço de Hemoterapia (tamanho dos laboratórios e complexidade de testes a serem realizados). Cabendo ao Laboratório de Imuno-hematologia do Serviço de Hemoterapia do Instituto Nacional de Câncer – HC1, a cada nova Licitação, fazer uma análise em relação a custo, quantidade e velocidade referente aos equipamentos solicitados, para que possa ser assegurada a competitividade do processo.

A empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos consumíveis (não especificados) para todo processamento da análise realizada pelo equipamento, necessários para realização de testes imuno-hematológicos para que se mantenha dentro dos parâmetros necessários para as boas práticas de laboratórios.

A finalidade da contratação deve-se ao cumprimento às exigências da Vigilância Sanitária descritos no regulamento sanitário da RDC nº 34 de 11/06/2014, que estabelece requisitos de boas práticas para serviços de hemoterapia que desenvolvam atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue e do regulamento técnico na Portaria de Consolidação nº 5, Anexo IV de 28/09/2017, Art 1º, Parágrafo único, que determina o funcionamento de todos os órgãos, entidades públicas e privadas, que executam atividades hemoterápicas em todo território nacional no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (SINASAN) e em cumprimento à Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 302, de 13 de outubro de 2005 (RDC ANVISA 302 /2005).

A contratação do serviço de locação de equipamentos e fornecimento de insumos possibilitará manter atualizada a tecnologia disponível para realização dos testes imuno-hematológicos, com maior eficiência e planejamento.

Além do aumento da segurança, a mudança da rotina para a automação disponibilizará maior tempo da equipe para desempenhar as funções administrativas inerentes aos servidores públicos, bem como ampliar e melhorar os processos de qualidade no Laboratório de Imuno-hematologia, desta forma melhorando o aproveitamento dos recursos humanos.

A estimativa para a quantidade anual a ser adquirida foi fundamentada nas estatísticas dos anos de 2022 e 2024, referentes aos exames imuno-hematológicos realizados nas três unidades hospitalares do INCA. Os dados foram extraídos dos sistemas de gerenciamento laboratorial MATRIX e HEMOTE, além de Planilha de Controle de Consumo, conforme os documentos anexos. Os quantitativos foram acrescidos em 30% como margem de segurança e para realizações de controle, calibrações e repetições.

A justificativa para a escolha da modalidade “Pregão”, fundamentada na natureza do objeto, na busca pela proposta mais vantajosa e na observância dos princípios da eficiência e da economicidade, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**.

Considerando a natureza do objeto — **testes automatizados que demandam equipamentos específicos de cada fabricante** —, a modalidade **Pregão**, com critério de julgamento pelo **menor preço global**, mostra-se a mais adequada. Essa forma de julgamento assegura a **compatibilidade técnica** entre insumos e equipamentos, evitando a fragmentação da contratação e garantindo a **execução adequada e contínua** do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

Adicionalmente, há uma **limitação física relevante no laboratório**, que não comportaria a instalação de diversos equipamentos caso os itens fossem licitados separadamente. Além disso, a **garantia da qualidade dos testes realizados** é melhor preservada, uma vez que a utilização de equipamentos e insumos de diferentes fabricantes demandaria controles e calibrações distintas, dificultando uma **avaliação global uniforme** da performance e da confiabilidade dos resultados dos testes automatizados.

6.1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para a Locação de equipamentos, com manutenção preventiva e corretiva de analisadores imuno-hematológicos automatizados e semi-automatizados, para a realização de exames de imuno-hematologia, com fornecimento de insumos e de todos os materiais de suporte conforme tópico 6.2.

6.2. Execução do Objeto

Lote I - Locação e manutenção de 01 (um) equipamento automatizado para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes para o Laboratório de Imuno-hematologia (Quadro 1).

Quadro 1

Local de Instalação		Equipamento
HC 1	Laboratório de Imuno-hematologia	01 Equipamento automatizado
<ul style="list-style-type: none">Ser totalmente automatizado;Com inserção de amostras, reagentes, controles e calibradores através de identificação interna por código de barras e opcionalmente manual;Sistema de detecção em tempo real de nível de volume de reagentes, especificando quantidade de testes a serem realizados por frasco de reagente introduzido;Alarmes para finalização de reagentes e esgoto cheio;Capacidade para carregamento de testes de emergência a qualquer momento;Detecção de coágulos, bolhas e fibrina;Software para interfaceamento bidirecional dos resultados com os sistemas informatizados Matrix e Hemote;Fotografia e armazenamento dos resultados;		

- Possibilidade de impressão dos resultados;
- Sistema de controle de qualidade diário dos reagentes;
- Realização dos testes imuno-hematológicos de doadores de sangue e pacientes;
- Instalação no Laboratório de Imuno-hematologia, no Serviço de Hemoterapia/ HC 1;
- Manutenção preventiva e corretiva do equipamento.

Lote II - Locação e manutenção de 04 (quatro) estações de trabalho semi-automatizado para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes para o Laboratório de Imuno-hematologia e Agências Transfusionais (Quadro 2).

Quadro 2

Local de Instalação		Equipamento
HC 1	Laboratório de Imuno-hematologia	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		02 pipetadores manuais de 10µL a 300µ
	Agência Transfusional	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		02 pipetadores manuais de 10µL a 300µ
HC 2	Agência Transfusional	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		01 pipetador manual de 10µL a 300µ
HC 3	Agência Transfusional	01 incubadora a seco para cartões
		01 centrífuga para cartões
		01 pipetador manual de 10µL a 300µ
<ul style="list-style-type: none">• Ser um sistema semi-automatizado;• Conter quatro incubadoras a seco para cartões, temporizadas, com registro de temperatura e tempo em display;		

- Conter quatro centrífugas para cartões automáticas, temporizadas, com registro de velocidade e tempo em display;
- Conter cinco pipetadores manuais de precisão, padronizado com o sistema de microtipagem, com capacidade de aspiração de no mínimo 300 microlitros e dispensações seriadas (mínimo 10 -12,5 microlitros) e ejetor de ponteiros.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa para a quantidade anual a ser adquirida baseou-se nas estatísticas dos anos de 2022 e 2024 de exames imuno-hematológicos das três unidades hospitalares do INCA. Dados obtidos através dos nossos sistemas de gerenciamento laboratorial MATRIX e HEMOTE além do Sistema Controle de Estoques ABSOLUTE, conforme documentos anexos. Os quantitativos foram acrescidos em 30% como margem de segurança e para realizações de controle, calibrações e repetições.

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão os discriminados no quadro 1:

Lote I - Locação e manutenção de 01 (um) equipamento automatizado para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes, para o laboratório de imuno-hematologia.

Quadro 1

Item	Descrição/Especificação do Material	Código INCA	Unidade de Medida	Quantidade Anual
1	Locação com manutenção de um sistema de automação total para realização de exames imuno-hematológicos, em microtipagem.	C39012	Mês	12
2	Reclassificação sanguínea ABO, RhD – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal anti-A, Anti-B e Anti-D (VI+) para reclassificação por microtipagem sanguínea de bolsas de sangue por automação.	A38620	Teste	1.300
3	Prova de compatibilidade maior – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	A38621	Teste	4.500
4	Classificação sanguínea ABO, RhD para recém-nato – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-A,B, Anti-D (VI+), controle Rh para classificação direta, teste de antiglobulina direta (soro anti-humano poliespecífico) para recém-natos por automação.	A38622	Teste	100

5	Fenotipagem Rh e Kell – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem C, c, E, e, K, Ctl em microtipagem sanguínea para automação.	A38623	Teste	750
6	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-D (VI-), Controle de Rh e prova reversa em microtipagem para automação.	A38624	Teste	16.000
7	Pesquisa de Anticorpos Irregulares – Pool de 2 hemácias do grupo O, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplacas; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	A38626	Teste	16.000
8	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal ou humano para fenotipagem P1, Le (a), Le (b), Lu (a), Lu (b) e controle para automação.	A38627	Teste	40
9	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem Le (a), Le (b) e controle para automação.	A38628	Teste	120
10	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal ou humano para fenotipagem k, Kp (a), Kp (b), Jk(a), Jk (b) e controle para automação.	A68629	Teste	40
11	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem Jk(a), Jk (b) e controle para automação.	A68630	Teste	120
	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou			

12	microplaca, com soro monoclonal para fenotipagem M e N para automação.	A38631	Teste	260
13	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, e soro monoclonal e humano para fenotipagem M, N, S, s, Fy (a), Fy (b) para automação.	A38632	Teste	120
14	Identificação de anticorpos eritrocitários – Painel com o mínimo de 11 hemácias fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	A38633	Teste	900
15	Identificação de anticorpos eritrocitários – Painel enzimático com o mínimo de 11 hemácias papainizadas e fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca.	A38634	Teste	900
16	Pesquisa de Anticorpos Irregulares Enzimático – Conjunto com 3 hemácias do grupo O, papainizadas, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca.	A38635	Teste	900
17	Estudo imuno-hematológico – Contendo Hemácias A1, A2, B e 3 hemácias do grupo O fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia, cartões com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplacas; para classificação sanguínea e teste de antiglobulina indireta.	A38636	Teste	2.300
18	Teste RhD fraco – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca com soro anti-D monoclonal IgG, para detecção e confirmação de D fraco pelo método de microtipagem do teste de antiglobulina indireta.	A38637	Teste	4.500
19	Eluição ácida de anticorpos anti-eritrocitários – Contendo solução concentrada de lavagem solução de eluição e solução tampão.	A38638	Teste	110

20	Teste de Antiglobulina Direta Monoespecífico – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca com soro anti-IgG, anti-IgA, Anti-IgM, C3c, C3d e Controle.	A38639	Teste	264
21	Fenotipagem estendida – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro humano para fenotipagem Cw para automação.	A38640	Teste	220
22	Titulação seriada de anticorpos eritrocitários para a microtipagem em automação.	A38641	Teste	50
23	Fenotipagem CDE em Cartão, com no mínimo 6 microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, contendo soro monoclonal para fenotipagem C, D, E em microtipagem sanguínea para automação.	A38922	Teste	1.152

Lote II - Locação e manutenção de 04 (quatro) estações de trabalho semi-automatizado para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes para o laboratório de imuno-hematologia e agências transfusionais (Quadro 2).

Quadro 2

Item	Descrição/Especificação do Material	Código INCA	Unidade de Medida	Quantidade Anual
24	Locação com manutenção de um sistema semi-automatizado para realização de exames imuno-hematológicos em microtipagem	C39012	Mês	12
25	Reclassificação sanguínea ABO, RhD – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal anti-A, Anti-B e Anti-D (VI+) para reclassificação por microtipagem sanguínea de bolsas de sangue por automação.	A38620	Teste	16.000
26	Prova de compatibilidade maior – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	A38621	Teste	21.000

7	Fenotipagem Rh e Kell – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem C, c, E, e, K, Ctl em microtipagem sanguínea para automação.	A38623	Teste	130
8	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-D (VI-), Controle de Rh e prova reversa em microtipagem para automação.	A38624	Teste	15.000
9	Pesquisa de Anticorpos Irregulares pré-transfusional – Conjunto com 2 hemácias do grupo O, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	A38625	Teste	15.000

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.090.658,65

Os preços estimados para esta aquisição constam na Solicitação de Compras NOTES

Os preços estimados serão atualizados e apresentados no Mapa de Preços e na Nota Técnica, ambos elaborados pelo Serviço de Compras do INCA.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra as aquisições deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando a relação existente entre os itens e a necessidade de locação para processamento dos testes, os insumos foram divididos em lotes para aproveitamento máximo da capacidade técnica dos equipamentos. Vale ressaltar que os insumos de cada fornecedor são compatíveis apenas com o equipamento do mesmo, não sendo possível processar insumos de fornecedores diferentes em um único equipamento.

Devido à natureza dos testes realizados em cada unidade hospitalar, esse processo foi dividido em lotes para contemplar o Laboratório de Imuno-hematologia do HCI (Lote 01) e Laboratório de Imuno-hematologia, Agências Transfusionais do HCI, HCII e HCIII (Lote 02). Os insumos caso comprados à parte, além de uma possível incompatibilidade técnica, acarretaria em aumento de custos.

De acordo com o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as aquisições devem ser divididas em parcelas sempre que se comprovar técnica e economicamente viável, visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem prejudicar a economia de escala.

Considerando a relação entre os itens e a necessidade de locação dos equipamentos para o processamento dos testes, os insumos foram agrupados em lotes para garantir o máximo aproveitamento da capacidade técnica dos equipamentos. É importante destacar que os insumos de cada fornecedor são compatíveis exclusivamente com o equipamento correspondente, não sendo possível processar insumos de diferentes fornecedores em um único equipamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para viabilizar a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição tem previsão no Plano Anual de Contratações do INCA para o ano de 2025, nos moldes da Instrução Normativa 01, de 10 de janeiro de 2019 e está alinhada aos objetivos estratégicos do INCA, especialmente ao de "impulsionar a eficiência dos processos de trabalho contribuindo para o alcance de uma gestão de excelência no SUS".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos insumos irá possibilitar a manutenção dos estoques e do nível de atendimento adequado às necessidades do INCA, de forma a atender seus objetivos estratégicos. É mais importante irá prevenir as morbidades de tipo LER nos profissionais do setor evitando o afastamento por Licença Médica.

A contratação do serviço de locação de equipamentos e fornecimento de insumos possibilitará manter atualizada a tecnologia disponível para realização dos testes imuno-hematológicos, com maior eficiência e planejamento.

Além do aumento da segurança, a rotina automatizada disponibilizará maior tempo da equipe para desempenhar as funções administrativas inerentes aos servidores públicos, bem como ampliar e melhorar os processos de qualidade no Laboratório de Imuno-hematologia, desta forma melhorando o aproveitamento dos recursos humanos.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessários providências ou ajustes institucionais especiais para que a viabilidade de utilização do objeto contratado após contratação pretendida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a realização de Contratação Sustentável, atendendo as legislações vigentes, tendo como principal meio de instrumentalização o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição – DECOR/CGU/AGU, outubro/2024. Para tanto a contratada deverá obedecer ao disposto no artigo 6º da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, considerando, com base em critérios técnicos, as especificações do serviço que melhor atendam às exigências ambientais.

Conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, em atendimento ao item: Instrução Normativa nº 58/2022 - Art. 7º: Em consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis da AGU 2021 – 7ª Edição (disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>, não foi localizado orientações acerca dos materiais que compõem esse Processo.

Instrução Normativa nº 58/2022 - Art. 7º: A Instituição está em fase de conclusão do Plano de Logística Sustentável.

Instrução Normativa nº 58/2022 - Art. 7º: O INCA segue as orientações normativas previstas no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf) e na Cartilha “REPENSE – Descarte de Resíduos: Fique Atento” elaborado pelo próprio INCA (disponível em : https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document/inca_campsustentcartilhaverde-final-web_0.pdf)

A contratação está alinhada ao **Plano de Logística Sustentável (PLS)**, especificamente no eixo e critérios de **compras e contratações sustentáveis (item 3.6 do PLS)**, priorizando aquisições que observem critérios ambientalmente sustentáveis, tais como:

Equipamentos com menor consumo de água (**Eixo 3.2 – Água e Esgoto**);

Equipamentos com maior eficiência energética (**Eixo 3.3 – Energia Elétrica**);

Bens reciclados e/ou que gerem o menor volume possível de resíduos, com o máximo de itens recicláveis (**Eixo 3.4 – Gestão de Resíduos e Coleta Seletiva**).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a justificativa da necessidade da contratação, metodologia utilizada no cálculo dos quantitativo, escolha da solução de maior vantagem econômica e o alinhamento dado conforme os objetivos estratégicos do INCA, declaramos a viabilidade da presente contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IARA DE JESUS FERREIRA MOTTA

Chefe do Serviço de Hemoterapia



Assinou eletronicamente em 31/10/2025 às 14:35:01.

SIMONE SANTOS PENICHE REBOUCAS

Tecnologista Assistência

Anexo II - Instrumento de medição de resultados para Prestação de Serviço de Locação de equipamentos automatizado e semi-automatizado para realização de testes Imuno-hematológicos:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS	
INDICADOR: Prestação de serviço de locação de equipamentos automatizado e semi-automatizados para realização de testes Imuno-hematológicos	
MÊS/ANO:	
FINALIDADE: Cumprir as previsões contratuais garantindo a qualidade do serviço prestado conforme previsto neste Termo de Referência.	
META A CUMPRIR: 100% do serviço prestado com a qualidade esperada	
PERIODICIDADE: Mensal	
MECANISMO DE CÁLCULO: % de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados entregues dentro do mês de referência/total de serviços solicitados por período) * 100	
Faixas de ajuste no pagamento:	
<p>a) 90% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura.</p> <p>b) 80% a 90% dos serviços = recebimento de 90% da fatura.</p> <p>c) 70% a 80% dos serviços = recebimento de 80% da fatura.</p> <p>d) 60% a 70% dos serviços = recebimento de 70% da fatura.</p> <p>e) 50% a 60% dos serviços = recebimento de 60% da fatura.</p> <p>Abaixo de 60% dos serviços prestados em acordo com o solicitado, avaliar/aplicar inexecução do contrato.</p>	
Sanções	
Previstas no item 21 do Termo de Referência	
Atrasos na manutenção preventiva, ou na entrega de laudos e /ou certificados exigidos pela Vigilância Sanitária.	Multa de 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
Não atendimento de chamado técnico para manutenção corretiva por mais de 03 (três) horas.	Multa de 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
Não liberação do equipamento em até 06 (seis) horas após abertura de chamado.	Multa de 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
Não providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	Multa de 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
Reincidência em quaisquer dos itens previstos.	Multa de 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato e Inexecução parcial do contrato.
Instrumento de Medição:	

Manutenção preventiva realizada no prazo estipulado:	<input type="checkbox"/> Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme/ Equipamento_____
Chamado técnico para manutenção corretiva atendido em até 02 (duas) horas:	<input type="checkbox"/> Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme/ Tempo de espera_____
Aparelho liberado para uso, após o chamado para manutenção corretiva, no máximo em até 06 (seis) horas:	<input type="checkbox"/> Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme/ Tempo de espera_____
Realização de treinamento inicial/semestral dos profissionais (ou conforme solicitação do usuário)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Solicitação de assessoria técnica atendida:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não/ Descrição_____

Data: ____/____/____

Responsável pela avaliação: _____

Anexo III – Instrumento de medição de resultados para entrega de reagentes e insumos:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS	
INDICADOR: Entrega de reagentes e insumos	
MÊS/ANO:	
FINALIDADE: Cumprir prazos de entrega de insumos e reagentes garantindo a qualidade do material entregue conforme previsto neste Termo de Referência.	
META A CUMPRIR: Reagentes e insumos entregues dentro do prazo com a qualidade esperada (Inspeção visual e Controle de qualidade laboratorial a cada lote/remessa).	
PERIODICIDADE: Mensal ou a cada lote/remessa	
MECANISMO DE CÁLCULO: Registro de dias de atraso e não conformidades na qualidade em planilha deste Indicador pelo fiscal de contrato a partir de cronograma de entrega, análise de planilha CQR, Inspeção visual dos reagentes/insumos a cada lote/remessa .	
Faixa de ajuste no pagamento: Por se tratar de entrega de reagentes/insumos, não haverá glosa do material entregue em conformidade, cabendo aplicação das sanções previstas. Os reagentes e insumos que estiverem não conformes serão devolvidos e deverão ser substituídos em tempo hábil a fim de não comprometer a qualidade e atraso da rotina.	
Sanções: Previstas no item 21 do Termo de Referência	
Atraso na entrega de reagentes/insumos sem comprometer a qualidade dos resultados e atraso na rotina.	Multa de 0,4% ao dia de atraso sobre o valor mensal do contrato.
Entrega de reagentes/insumos em embalagem violada.	Multa de 1,6% ao dia até a troca do(s) item(s) não conforme, sobre o valor mensal do contrato.
Entrega de reagentes/insumos que comprometer a qualidade dos resultados ou descumprimento das normas sanitárias vigentes.	Multa de 3,2% ao dia de atraso sobre o valor mensal do contrato e inexecução parcial do contrato.
Atraso na entrega de reagentes/insumos que impactar na interrupção total ou parcial da realização da rotina de exames Imuno-hematológicos.	Multa de 3,2% ao dia de atraso sobre o valor mensal do contrato e inexecução parcial do contrato.
Reincidência em qualquer dos itens previstos.	Multa de 3,2% ao dia de atraso sobre o valor mensal do contrato e inexecução parcial do contrato.
Instrumento de Medição:	
Ocorrência de entrega de reagentes/insumos com validade inferior a 06 (seis) meses.	() Sim () Não
Nome do Reagente Nome do Insumo	Número de ocorrências no mês: _____ Número de ocorrências no mês: _____
Inspeção visual:	() Conforme () Não conforme/ Número de ocorrências no mês: _____
Temperatura de entrega:	() Conforme () Não conforme/ Número de ocorrências no mês: _____

Reagente/insumo entregue na embalagem original e lacrado.	() Conforme () Não conforme/ Número de ocorrências no mês: _____
Reagentes que não atenderam aos critérios de qualificação lote a lote/ remessa a remessa. Foram devidamente trocados:	Número de ocorrências no mês: _____ () Sim () Não
Entrega de reagentes/insumos dentro do prazo estipulado no Termo de Referência – até 05 (cinco) dias úteis após envio de solicitação por e-mail.	() Sim () Não/ Número de ocorrências no mês: _____
Ocorrência de atraso na entrega de reagentes/insumos que tenha impactado na interrupção total ou parcial da realização da rotina de exames Imuno-hematológicos.	() Sim/ Número de ocorrências no mês: _____ () Não

Data: ____/____/____

Responsável pela avaliação: _____



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Divisão de Suprimentos
Serviço de Compras

PLANILHA DE ORÇAMENTO
(Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21)

Data base: 10/04/2026

SEM TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP

GRUPO 1							
Locação e manutenção de 01 (um) equipamento automatizado para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes, para o Laboratório de Imuno-hematologia.							
Item	Código INCA	Descrição/Especificação do Material	CATSER /CATMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	C39012	Locação com manutenção de um sistema de automação total para realização de exames imuno-hematológicos, em microtipagem.	1420-6	Un	12	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
2	A38620	Reclassificação sanguínea ABO, RhD – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal anti-A, Anti-B e Anti-D (VI+) para reclassificação por microtipagem sanguínea de bolsas de sangue por automação.	382698	Teste	1.300	R\$ 10,11	R\$ 13.143,00
3	A38621	Prova de compatibilidade maior – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	352044	Teste	4.500	R\$ 4,44	R\$ 19.980,00
4	A38622	Classificação sanguínea ABO, RhD para recém-nato – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-A,B, Anti-D (VI+), controle Rh para classificação direta, teste de antiglobulina direta (soro anti-humano poliespecífico) para recém-natos por automação.	354163	Teste	100	R\$ 20,02	R\$ 2.002,00
5	A38623	Fenotipagem Rh e Kell – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem C, c, E, e, K, Ctl em microtipagem sanguínea para automação.	338051	Teste	750	R\$ 38,78	R\$ 29.085,00
6	A38624	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-D (VI-), Controle de Rh e prova reversa em microtipagem para automação.	353693	Teste	16.000	R\$ 18,57	R\$ 297.120,00
7	A38626	Pesquisa de Anticorpos Irregulares – Pool de 2 hemácias do grupo O, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplacas; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	478009	Teste	16.000	R\$ 1,59	R\$ 25.440,00
8	A38627	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal ou humano para fenotipagem P1, Le (a), Le (b), Lu (a), Lu (b) e controle para automação.	354357	Teste	40	R\$ 58,77	R\$ 2.350,80
9	A38628	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou	435955	Teste	120	R\$ 38,75	R\$ 4.650,00

		microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem Le (a), Le (b) e controle para automação.					
10	A38629	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal ou humano para fenotipagem k, Kp (a), Kp (b), Jk(a), Jk (b) e controle para automação.	338057	Teste	40	R\$ 69,88	R\$ 2.795,20
11	A38630	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem Jk(a), Jk (b) e controle para automação.	370611	Teste	120	R\$ 37,65	R\$ 4.518,00
12	A38631	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, com soro monoclonal para fenotipagem M e N para automação.	435952	Teste	260	R\$ 39,27	R\$ 10.210,20
13	A38632	Fenotipagem estendida – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, e soro monoclonal e humano para fenotipagem M, N, S, s, Fy (a), Fy (b) para automação.	354356	Teste	120	R\$ 24,41	R\$ 2.929,20
14	A38633	Identificação de anticorpos eritrocitários – Painel com o mínimo de 11 hemácias fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	338057	Teste	900	R\$ 15,53	R\$ 13.977,00
15	A38634	Identificação de anticorpos eritrocitários – Painel enzimático com o mínimo de 11 hemácias papainizadas e fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca.	352044	Teste	900	R\$ 20,55	R\$ 18.495,00
16	A38635	Pesquisa de Anticorpos Irregulares Enzimático – Conjunto com 3 hemácias do grupo O, papainizadas, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca.	352044	Teste	900	R\$ 2,58	R\$ 2.322,00
17	A38636	Estudo imuno-hematológico – Contendo Hemácias A1, A2, B e 3 hemácias do grupo O fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia, cartões com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplacas; para classificação sanguínea e teste de antiglobulina indireta.	357796	Teste	2.300	R\$ 2,13	R\$ 4.899,00
18	A38637	Teste RhD fraco – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca com soro anti-D monoclonal IgG, para detecção e confirmação de D fraco pelo método de microtipagem do teste de antiglobulina indireta.	385559	Teste	4.500	R\$ 3,43	R\$ 15.435,00
19	A38638	Eluição ácida de anticorpos anti-eritrocitários – Contendo solução concentrada de lavagem solução de eluição e solução tampão.	383888	Teste	110	R\$ 59,52	R\$ 6.547,20
20	A38639	Teste de Antiglobulina Direta Monoespecífico – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca com soro anti-IgG, anti-IgA, Anti-IgM, C3c, C3d e Controle.	441834	Teste	264	R\$ 54,38	R\$ 14.356,32
21	A38640	Fenotipagem estendida – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro humano para fenotipagem Cw para automação.	466035	Teste	220	R\$ 9,30	R\$ 2.046,00
22	A38641	Titulação seriada de anticorpos eritrocitários para a microtipagem em automação.	478041	Teste	50	R\$ 39,80	R\$ 1.990,00
23	A38922	Fenotipagem CDE em Cartão, com no mínimo 6 microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca, contendo soro monoclonal para fenotipagem C, D, E em microtipagem sanguínea para automação.	430350	Teste	1.152	R\$ 6,37	R\$ 7.338,24
VALOR MÁXIMO ESTIMADO							R\$ 765.629,16

GRUPO 2							
Locação e manutenção de 04 (quatro) estações de trabalho semi-automatizados para testes imuno-hematológicos com fornecimento de reagentes para o Laboratório de Imuno-hematologia e Agências Transfusionais HC1, HC2 e HC3.							
24	C39012	Locação com manutenção de um sistema semi-automatizado para realização de exames imuno-hematológicos em microtipagem.	1420-6	Un	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
25	A38620	Reclassificação sanguínea ABO, RhD – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal anti-A, Anti-B e Anti-D (VI+) para reclassificação por microtipagem sanguínea de bolsas de sangue por automação.	382698	Teste	16.000	R\$ 8,15	R\$ 130.400,00
26	A38621	Prova de compatibilidade maior – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	352044	Teste	21.000	R\$ 3,58	R\$ 75.180,00
27	A38623	Fenotipagem Rh e Kell – Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal para fenotipagem C, c, E, e, K, Ctl em microtipagem sanguínea para automação.	338051	Teste	130	R\$ 31,28	R\$ 4.066,40
28	A38624	Classificação sanguínea ABO, RhD e Prova Reversa – cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro monoclonal Anti-A, Anti-B, Anti-D (VI-), Controle de Rh e prova reversa em microtipagem para automação.	353693	Teste	15.000	R\$ 14,97	R\$ 224.550,00
29	A38625	Pesquisa de Anticorpos Irregulares pré-transfusional – Conjunto com 2 hemácias do grupo O, para triagem de anticorpos irregulares anti-eritrocitários, fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia; Cartão com microtubos em gel sephadex, colunas de microesferas ou microplaca; contendo soro anti-humano poliespecífico para automação.	478009	Teste	15.000	R\$ 0,81	R\$ 12.150,00
VALOR MÁXIMO ESTIMADO							R\$ 506.346,40

Valor Máximo Estimado (Grupo 1 + 2) = R\$ 1.271.975,56

Júlio César Moreira dos Santos

Chefe Substituto do Serviço de Compras

Portaria SAA nº 648, de 13 de Setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 15 de Setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Moreira dos Santos**, **Chefe do Serviço de Compras**, em 10/04/2026, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0054626036** e o código CRC **5ECB49B6**.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

CONTRATO Nº 97/2026

Processo nº 25410.003369/2025-30

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER E A EMPRESA

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER**, com sede na **Praça Cruz Vermelha nº 23, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20.231-130**, inscrito no CNPJ/MS sob o nº **00.394.544/0171-50**, neste ato representado por seu Diretor Geral, **Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL**, nomeado pela Portaria nº 1.619, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2023, portador da Matrícula Funcional SIAPE nº 6241986, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº **25410.003369/2025-30** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº **XX/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para a LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (analisadores imuno-hematológicos automatizados e semi-automatizados) COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES**, software de interfaceamento, manutenção preventiva e corretiva, calibração e de todos os materiais de suporte para a realização de exames imuno-hematológicos, para o Laboratório de Imuno-hematologia e para as Agências Transfusionais do HC1, HC2, HC3, do Serviço de Hemoterapia do INCA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, especificações, códigos, quantidades (Grupos 1 e 2), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo

CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital

do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a

legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de instalação, manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:

9.35.1. *Laboratório de Imuno-hematologia e Agência Transfusional HC1 - Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20.230-13.*

9.35.2. *Agência Transfusional HC2 - Avenida Via Binário do Porto, 831 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP 20220-250. 5.2.5. Agência Transfusional HC3 - Avenida Visconde de Santa Isabel, 274 - Vila Isabel - Rio de Janeiro - CEP 20560-121. 5.3.*

9.35.3. *O Serviço deve ser prestado durante o horário de funcionamento do Laboratório de Imuno-hematologia: de segunda a sexta de 08:00 às 16:00.*

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância do local demandado.

9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e

técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial

a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ~~ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício **2025/2026**, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, UASG 250052**

Fonte: **1002000000**

Programa de Trabalho: **10 302 5118 8758 0033**

Elemento de Despesa: **339030/339039**

Plano Interno: **234640**

Nota de Empenho: **XXXXNEXXXXXX**

<https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/empenho/25005200001XXXXNEXXXXXX?ordenarPor=fase&direcao=asc>

15.1.1. Objetivando dar maior transparência informamos que, no link acima, a contratada terá acesso as informações do empenho, bem como, poderá acompanhar todos os pagamentos referentes a ele em "Documentos Relacionados".

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado depois de lido e achado em ordem e vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro,..... de..... de 2026.

Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL

Diretor-Geral

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA/MS

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho Filho, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações substituto(a)**, em 31/05/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055652383** e o código CRC **1845386B**.

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site